

# **Pedagogia Social**

**Roberto da Silva (org.)**

**João Clemente de Souza Neto (org.)**

**Rogério Moura (org.)**

**Afonso Celso Scocuglia • Antonio Carlos Gomes da Costa • Bernd Fichtner • Evelcy Monteiro Machado • Geraldo Caliman • Hans-Uwe Otto • João Clemente de Souza Neto • Jorge Camors • Manuel Joaquim Loureiro • Maria Stela Graciani • Marlene Ribeiro • Roberto da Silva • Rogério Moura • Sanna Rynänen • Steven Casteleiro • Sueli Maria Pessagno Caro • Susana Tório Pérez • Violeta Nuñez**

# SUMÁRIO

Notas teóricas e metodológicas dos organizadores	2
Introdução .....	7
PARTE I – Antecedentes históricos da Pedagogia Social .....	14
No mundo .....	14
No Brasil .....	15
Origens da Pedagogia Social.....	20
Hans-Uwe Otto .....	20
Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha.....	35
Bernd Fichtner.....	35
A Pedagogia Social na Itália .....	43
Geraldo Caliman.....	43
A Pedagogia Social na Finlândia e o contexto brasileiro.....	54
Sanna Rynänen .....	54
A Pedagogia Social em Portugal .....	78
Manuel Loureiro e Steven Casteleiro.....	78
La Pedagogía Social en España.....	89
Susana Torío López.....	89
A Pedagogia Social na América Latina.....	104
Jorge Camors.....	104
PARTE II – reflexões sobre a Pedagogia Social no Brasil.....	128
A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários .....	129
Evelcy Monteiro Machado .....	129
Educação Social: uma questão de relações .....	146
Sueli Maria Pessagno Caro.....	146
Exclusão e Educação social: conceitos em superfície e fundo .....	156
Marlene Ribeiro .....	156
As bases científicas da Educação não-formal .....	176
Roberto da Silva .....	177
A Pedagogia Social e o adolescente autor de ato infracional.....	192
Antônio Carlos Gomes da Costa.....	192
A Pedagogia Social no trabalho com crianças e adolescentes em situação de	

rua.....	204
Maria Stela Santos Graciani.....	204
Participación y Educación Social.....	240
Violeta Nuñez.....	240
Pedagogia Social e as políticas sociais no Brasil.....	258
João Clemente de Souza Neto.....	258
Políticas, programas e ações para a juventude.....	275
Rogério Moura.....	275
PARTE III – A cara da Pedagogia Social no Brasil.....	291
Áreas prioritárias para atuação da Pedagogia Social no Brasil.....	292
Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto e Rogério Moura.....	292
Educação.....	293
Infância e Adolescência.....	297
Juventude.....	300
Sistema penitenciário.....	301
Terceiro setor, ONG, projetos e programas sociais.....	305
PARTE IV – Pedagogia Social como nova área de concentração.....	307
Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto e Rogério Moura.....	307
Áreas de formação da Pedagogia Social.....	308
Linhas de pesquisas da Pedagogia Social.....	311
PARTE V – Marcos normativos da Pedagogia Social.....	313
<i>Declaración de New Cork – 1990.....</i>	<i>313</i>
<i>Declaración de Barcelona – 2003.....</i>	<i>314</i>
<i>Declaración de Montevideo – 2005.....</i>	<i>316</i>
<i>Carta da Pedagogia Social – 2006.....</i>	<i>317</i>
<i>Código Deontológico da profissão de Educador Social em Portugal.....</i>	<i>319</i>

## NOTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DOS ORGANIZADORES

---

Em uma coletânea que contém textos escritos por 18 diferentes autores, que os fundamentam a partir de suas experiências, pesquisas, reflexões e visões de vida, de homem e de mundo, nem sempre é possível obter uma unidade teórica ou conceitual sobre o tema objeto da publicação. Do ponto de vista dos organizadores desta obra, não há intenções de imprimir esta unidade teórica e conceitual, mas há consenso de que o caráter da obra – de fundamentos – requer a definição operacional das categorias e variáveis que são centrais na concepção de Pedagogia Social que queremos difundir como proposta para o Brasil.

Os organizadores desta obra aceitam a Pedagogia Social enquanto uma *Teoria Geral da Educação Social*, mas acatam as advertências feitas no texto de Hans-Uwe Otto de que

diversos conceitos sobre o homem e a sociedade, bem como inúmeros pontos de vistas ontológicos, epistemológicos e axiológicos foram fundados em diferentes interpretações teóricas sobre a Pedagogia Social. Há, inclusive, algumas aspirações políticas e ideológicas contidas nessas construções. Além disso, há várias características e elementos singulares ligados a fatores econômicos, sociais e políticos nas diferentes tradições nacionais da Pedagogia Social.

Assim, adotamos a Pedagogia Social como uma Teoria Geral da Educação Social e, com isso, a concebemos com mesmo científico da Pedagogia Escolar que fundamenta a Educação Escolar, ambas derivadas das Ciências da Educa-

ção, e admitimos as “aspirações políticas e ideológicas” que nos animam nesta empreitada.

Como meta última para a Pedagogia Social no Brasil, alimentamos a utopia de que possamos chegar a um estágio de organização e de desenvolvimento social em que as relações sejam essencialmente pedagógicas entre as pessoas em todos os espaços públicos e coletivos e os meios de que elas se utilizam para prover e dar significados à sua existência.

Conceitos como *cidade educadora*, *cidade saudável* e *cidade sustentável* talvez expressem melhor essa utopia, ainda que isto implique em atribuir a uma ciência função transformadora da realidade social e das relações que dentro dela se estabelecem.

Na seleção dos textos e autores para a composição desta obra soa profundamente incômoda a noção de *Educação não-formal*, adotada ora como categoria descritiva ora como um marco epistemológico destinado a separá-la e distingui-la da *Educação formal*. Citada por muitos autores como campo preferencial de atuação da Pedagogia Social, parece-nos que as ricas e diversificadas práticas educativas que se convencionou arrolar sob o rótulo de *Educação não-formal* foram despidas de suas conotações históricas, políticas e ideológicas.

Sob o mesmo rótulo de Educação não-formal são relacionadas manifestações do espírito humano, formação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania, como se todas comungassem dos mesmos propósitos, adotassem como fundamentos as mesmas matrizes teóricas e fossem ministradas segundo as mesmas técnicas e metodologias.

As manifestações do espírito humano, como são as artes em suas múltiplas expressões, a música, a dança e o esporte, constituem patrimônios comuns a todo o gênero humano. Do ponto de vista epistemológico, estas manifestações do espírito humano têm na criatividade o *locus* preferencial para o seu desenvolvimento e na Cultura a sua matéria-prima.

As práticas educativas orientadas para a formação para o trabalho, também considerando suas múltiplas possibilidades, tais como treinamento técnico, empreendedorismo, trabalho cooperativo, geração de renda e exploração sustentável de recursos naturais, do ponto de vista epistemológico tem na cognição o seu *locus* preferencial de desenvolvimento e no questionamento da relação capital-trabalho o seu *leitmotiv*.

As práticas educativas orientadas para a Educação em cidadania, valores, direitos humanos, participação política e protagonismo, têm o social como seu *locus* preferencial de desenvolvimento e a transformação das estruturas sociais, políticas e de poder o seu *leitmotiv*. Não raras vezes, é o sentimento de indignação, a percepção quanto à injustiça social e o inconformismo com a ordem social estabelecida os fatores que orientam esta prática educativa para a

ação comunitária, social ou política e rotulá-la como prática de Educação não-formal significa negar a sua dimensão política e desqualificar os atores sociais nela envolvidos.

Alguns fatores comuns a estas práticas educativas que acontecem nos espaços sociais, populares, coletivos e públicos também são apontados como desqualificadores do seu valor educacional: oferta por parte de ONGs e não escolas; atuação de educadores sem formação pedagógica; carga horária diminuta, falta de embasamento científico no tratamento dos conteúdos e ausência de indicadores de avaliação.

A postura que convencionamos adotar nesta obra é a de recusar o termo *Educação não-formal* enquanto categoria classificatória, contestar o caráter não científico atribuído a ela e resgatar a historicidade de suas práticas, especialmente suas dimensões históricas, culturais, políticas e sociais.

Esta postura é necessária por que:

- ✓ defendemos o princípio constitucional inscrito no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 de que “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;
- ✓ de acordo com o Artigo 1º da LDB, entendemos que “A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”;
- ✓ entendemos que tanto a Constituição Federal quanto a LDB, nos seus demais artigos, reduzem o conceito inicial de Educação a “ensino” (Art. 206) e “Educação escolar” (§ 1º do Artigo 1º), limitando sua oferta à suposta capacidade de financiamento do Estado brasileiro.

Também aparece no texto dos autores as expressões *adolescente* e *jovem* (ou *adolescência* e *juventude*) como categorias descritivas para um mesmo público, indicando uma sobreposição conceitual que não encontra respaldo na legislação vigente no Brasil no momento de publicação desta obra.

A Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA) define claramente criança como a pessoa na faixa etária entre zero e 12 anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa na faixa etária de 12 anos completos há 18 anos incompletos. Criança e adolescente são tipos sociológicos elevados à categoria de tipos jurídicos, portanto, detentores de direitos prescritos em leis e com políticas públicas e sociais com recortes muito específicos.

Os organizadores desta obra resistem à ideia de sobreposição etária subjacente aos conceitos de adolescência e juventude, assim como alertam para a tendência, identificada em outras obras, de reservar o termo adolescente para designar os autores de atos infracionais e o termo juventude para designar aqueles da mesma faixa etária que não cometeram atos infracionais. Esta tendência aponta para o fato de que a dicotomia criada no passado para designar os filhos como *criança* ou *menor*, de acordo com a situação conjugal da mãe, ainda não está completamente superada e que há pessoas e instituições que, intencionalmente ou não, ainda usam os paradigmas da *Doutrina da Situação Irregular*, fundamento do Código de Menores de 1979, para orientar a abordagem das temáticas relativas a crianças e adolescentes no Brasil.

O ECA nos autoriza a conceber a categoria *jovem-adulto* como referência à pessoa entre 18 e 21 anos incompletos, exclusivamente no caso desta pessoa estar *sub júdice*, isto é, se ela cometeu ato infracional antes de ter 18 anos completos e precisa cumprir uma das medidas socioeducativas para além da maioridade.

Não ignoramos os esforços de setores da sociedade brasileira para constituir a juventude como categoria que justifique legislação, estruturas de atendimento e políticas específicas, mas entendemos que adolescência e juventude possuem especificidades e problemáticas próprias que requerem abordagens distintas. As pesquisas ancoradas na Sociologia da Juventude até agora levadas a cabo, na maioria das vezes, atribuem à juventude o que é próprio da adolescência e os programas e ações voltadas para a juventude só reforçam a fragmentação epistemológica já observada nas ciências sociais e humanas.

Pedimos a Rogério Moura, também organizador desta coletânea, que nos trouxesse a experiência de um país que criou todo um aparato jurídico, político e administrativo, destina recursos públicos e forma recursos humanos para atendimento à juventude a partir dos marcos teóricos e metodológicos da Pedagogia Social, sem incorrer nos riscos tanto da fragmentação epistemológica quanto da fragmentação das ações.

A mesma ressalva deve ser feita em relação à utilização dos termos *Educação Social* e *educador social*. Largamente usados na Espanha, Portugal e Uruguai, apenas para citar alguns países onde este profissional é formado em nível superior em cursos denominados de Educação Social, no Brasil os termos têm sido empregados com propósitos os mais variados possíveis.

Educador social serve, no Brasil, tanto para identificar o trabalhador de nível médio e técnico como para designar o trabalhador com formação de nível superior em desvio de função. Oficineiros, artesãos, artistas, mestres de capoeira, arte-educadores e monitores em geral são agregados a uma mesma categoria descritiva que inclui sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, peda-

gogos, assistentes sociais, advogados, historiadores, geógrafos, físicos, matemáticos e químicos contratados por organizações não-governamentais ou pelo poder público para exercer funções diferentes da sua área de formação, geralmente no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e idosos e pessoas fora do sistema regular de ensino.

Esta utilização do termo educador social tem servido, na maioria das vezes, para perpetrar uma condição de precarização do trabalho educativo, desconsiderando tanto a necessidade de formação pedagógica quanto os direitos trabalhistas de quem exerce a função. Os termos *Educação Social* e *educador social* também assumem derivações, prestando-se a alimentar a confusão conceitual que envolve o *educador comunitário* e o *educador popular* e que vários autores presentes nesta coletânea vão tentar esclarecer.

A posição dos organizadores desta obra é de que a Pedagogia Social, enquanto Teoria Geral da Educação Social deve formar o *pedagogo social* em cursos de graduação em Pedagogia Social, admitindo-se, inclusive, a possibilidade de habilitações específicas em Educação Rural, no campo, hospitalar, em saúde, em regimes de privação da liberdade, de rua etc.

A preferência pelo modelo das habilitações e não da especialização se deve ao entendimento que temos de que a especialização é adequada para as outras profissões que não a Pedagogia. A sociedade em geral teria muito a ganhar se assistentes sociais, psicólogos, advogados, inclusive delegados de polícia, promotores de justiça, defensores públicos e juízes, mas também administradores públicos, oficiais militares, engenheiros e arquitetos tivessem especialização em Pedagogia Social.

Enquanto Teoria Geral da Educação Social é desejável a formação do educador social, educador popular e educador comunitário em níveis médio e técnico, a exemplo do que foi no passado o Curso de Magistério que formava professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental. É uma maneira digna de tirar da precariedade alguns milhares de brasileiros extremamente competentes em suas respectivas áreas de atuação, mas que não podem atuar profissionalmente no compartilhamento dos seus saberes por que não possuem formação pedagógica nem titulação que certifiquem a sua competência como educador.



## INTRODUÇÃO

---

Entender por que o Brasil ainda não incorporou a Pedagogia Social como uma área de conhecimentos dedicada à formação docente, campo de pesquisa e de trabalho profissional, é uma incógnita. O fato é que há um grande número de países em que a Pedagogia Social é reconhecida como ciência destinada à formação profissional, ainda que com diferentes matizes, para contemplar a especificidade de cada país.

A expectativa que o Brasil tem em relação à Educação que oferece aos seus cidadãos é inversamente proporcional aos investimentos financeiros e ao que atribui à carreira docente e à escola pública.

O Brasil não pode abrir mão de qualquer contribuição que seja capaz de colaborar para a melhoria da Educação, para a valorização da carreira docente e da escola pública, e muito menos pode ignorar a rica cultura educacional historicamente construída pelo próprio povo à margem da escola, da política educacional e das ações governamentais.

Este livro cumpre os propósitos de apresentar ao Brasil a Pedagogia Social, sua história e evolução, seus fundamentos teóricos e metodológicos, suas técnicas de trabalho, e de apontar as contribuições que pode dar para elevar a qualidade da Educação e da escola ao padrão de qualidade desejável.

No Brasil, os contornos iniciais da Pedagogia Social circunscrevem o universo conhecido como Educação não-formal, as práticas educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não-governamentais, programas e projetos sociais, sejam eles públicos ou privados.

Este amplo universo das práticas de Educação não-formal congrega intervenções de natureza sociopedagógica nas áreas de meio ambiente, saúde, direitos humanos, cidadania, alimentação, trânsito, formação profissional, em-

preendedorismo, artes, cultura, esportes etc., além das atividades subsidiárias e complementares à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior.

À falta de uma abordagem sistematizada, ou melhor, de um acervo teórico e metodológico sistematizado sobre a Educação não-formal no Brasil, que identifique a diversidade de práticas, seus fundamentos teóricos e metodológicos, os sujeitos envolvidos, o público beneficiário e o impacto que ela tem na Educação em geral, as perguntas a serem feitas podem ser bons indicativos quanto à importância da Pedagogia Social.

Qual é o potencial de inclusão social que tem a Educação não-formal no Brasil?

Qual a contribuição que a Educação não-formal pode dar para melhorar a qualidade da Educação Formal?

Quais e quantas são as organizações não-governamentais envolvidas na oferta de Educação não-formal no Brasil?

Quais são os princípios educacionais que fundamentam suas práticas?

Como é a relação dessas organizações com o Estado e o poder público?

Como são remuneradas e como remuneram seus trabalhadores?

Quantos são os trabalhadores da Educação não-formal no Brasil?

Qual é a formação pedagógica que possuem?

Em que condições de trabalho atuam?

Como é avaliado o seu trabalho?

Quem são os alunos que frequentam a Educação não-formal no Brasil?

O que procuram, como são atendidos e como avaliam os serviços e a formação oferecida?

De que modo as práticas de atendimento conseguem se articular com as práticas educacionais?

A institucionalização da Pedagogia Social no Brasil, como área de formação do educador social, educador comunitário, educador popular ou outra denominação que se queira usar, deve ter em vista sua formação pedagógica e o compromisso com a regulamentação de sua atividade como profissão, com vistas à superação da falta de identidade profissional, da precariedade das condições de trabalho e da insegurança jurídica em que milhares de homens e de mulheres são obrigados a trabalhar.

Não menos importantes são a definição do lugar que as organizações não-governamentais devem ocupar dentro da política educacional e a criação de um marco normativo que regulamente sua atuação na área educacional.

Contrapondo-se a essa angustiante necessidade, constatamos que, até o momento de preparação desta obra, não tínhamos, no Brasil, nenhum título específico sobre Pedagogia Social publicado.

A matriz teórica que nos inspira, originária da Alemanha, possui uma vasta produção, mas o idioma e os custos de tradução são obstáculos quase intransponíveis para reeditá-la no Brasil.

O Uruguai, sede da *Asociación Internacional de Educadores Sociales* (AIEJI), pólo difusor da Pedagogia Social na América Latina, especialmente por meio de 16 congressos mundiais já realizados, lamentavelmente não publicou os seus anais e, apenas com muitos esforços, conseguimos recuperar alguns dos textos lá apresentados.

Em Portugal, pela facilidade do idioma, não obstante as 14 edições da Revista *Educação Social*, publicadas pelo Conselho Nacional de Educadores Sociais, e a existência de outras publicações similares, sua linha de orientação não foi suficiente para nos fornecer os subsídios que procurávamos para forjar uma feição própria da Pedagogia Social no Brasil.

Ressalta-se a existência, desde 1960, de uma tradução da obra *Pedagogia Social e Política*, de autoria de Lorenzo Luzuriaga, de fundamental importância para a área, mas que não teve maiores repercussões no desenvolvimento da temática no Brasil, e que agora é por nós resgatada. Apenas em 2003 surgiu no mercado editorial brasileiro outro título em português – também tradução do espanhol – de autoria de Romans, Petrus e Trilla, com o título *Profissão Educador Social*.

Constatada a inexistência de títulos brasileiros sobre o tema, concentramos os esforços em recuperar a produção e sistematizar a reflexão teórica de alguns poucos brasileiros que podem ser identificados como precursores da Pedagogia Social no Brasil. Fizemos, também, uma criteriosa seleção de trabalhos de mestrado e de doutorado para comunicações orais no I e II Congressos Internacionais de Pedagogia Social, realizados em 2006 e 2008.

Dessa estratégia, resultaram 54 artigos publicados nos anais do I Congresso e outros 15 do II Congresso, dos quais extraímos a seleção que ora integra esta coletânea. O primeiro título de Pedagogia Social publicado no Brasil incorpora o desafio de constituir uma obra de referência para a área, e, como tal, não poderia ser obra de um único autor.

Hans-Uwe Otto, PhD da Universität Bielefeld, onde dirige a Fakultät für Pädagogik, recebeu dois títulos de doutor *honoris causa*, um pela Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg (1994) e outro pela University of Oannina (Grécia 2008). É professor honorário da School of Social Work da University of Pennsylvania, um dos grandes teóricos atuais sobre Pedagogia Social e nosso primeiro parceiro na Alemanha.

A partir da conferência que proferiu no CIPS 2006, Hans-Uwe Otto recupera as origens da Pedagogia Social, as matrizes filosóficas que inspiraram os primeiros autores e os embates que a mesma teve que enfrentar na Alemanha

para se consolidar como ciência e profissão, enunciando, para nós brasileiros, os difíceis caminhos que teremos de trilhar para elevar a Pedagogia Social ao mesmo status científico que adquiriu na Alemanha.

Outro alemão, Bernd Fichtner, coordenador do International Education Doctorate Program, da Universität Siegen, professor visitante na Faculdade de Educação da USP no segundo semestre de 2008, também disserta sobre a Pedagogia Social, explicando quais são os campos de trabalho, as instituições, como são formados e quem são os educadores sociais na Alemanha.

Sanna Ryyänen, então doutoranda em Pedagogia Social na University of Tampere, na Finlândia, onde a Pedagogia Social também se encontra em fase de sistematização, precisou vir ao Brasil e conhecer nossas práticas de Educação não-formal para *descobrir* que aqui fazemos Pedagogia Social da melhor qualidade.

Conciliando teoria acadêmica e sua prática, que ela mesma denomina *práxica*, Sanna ajuda-nos a entender melhor a dimensão que a Pedagogia Social pode ter no Brasil, valorizando, sobretudo, a tradição educacional construída a partir dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

Jorge Camors, professor da Universidad de la República, atual Coordenador de Políticas Educacionais do MEC uruguaio e membro do Comitê Executivo da Asociación Internacional de Educadores Sociales (AIEJI 2001-2005), traça um interessante cenário sobre o processo educacional na América Latina, para contextualizar o papel da Educação e do educador social, o que constitui uma grande contribuição no que diz respeito à clareza da missão da Pedagogia Social que queremos para o Brasil.

Manuel Loureiro e Steven Casteleiro, ambos da Universidade da Beira Interior, historiam a Pedagogia Social em Portugal e Susana Tório López, da Universidade de Oviedo, faz o mesmo em relação à Espanha, hoje a principal fonte bibliográfica para os brasileiros.

Violeta Maria Nuñez Perez, também espanhola, responde adequadamente às problematizações e questionamentos éticopolíticos em relação à Pedagogia Social. Professora do Departamento de Teoría y Historia de la Educación, da Facultad de Pedagogía da Universidad de Barcelona, professora visitante em diversas universidades latino-americanas e autora de numerosos livros e artigos, Perez contribui nesta coletânea, fazendo um alerta do mais alto significado para que a Pedagogia Social, a exemplo de outras ciências, não seja também empregada para aperfeiçoar os mecanismos de controle social sobre a população pobre.

Ressalva-se que os textos dos autores portugueses e castelhanos foram mantidos nos idiomas originais, tanto para manter a fidelidade quanto pela facilidade de entendimento.

Coube ao ítalo-brasileiro Geraldo Caliman, hoje o mais gabaritado estudioso da Pedagogia Social no Brasil, sistematizar as bases concretas da Pedagogia Social, nesta coletânea. Caliman fez mestrado e doutorado em Ciências da Educação na *Università Pontificia Salesiana di Roma*, onde lecionou Pedagogia Social por cerca de dez anos. Vivenciou a experiência de implantar e coordenar o Programa de Mestrado e Doutorado em Pedagogia Social naquela universidade. Seu texto, portanto, já faz uma aproximação entre a Pedagogia Social e a realidade social brasileira, especialmente no que se refere a uma proposta metodológica para a realização da pesquisa em Pedagogia Social.

Hans-Uwe Otto, Bernd Fichtner e Sanna Ryyänen, ao conhecerem a sistematização da Pedagogia Social de Rua, elaborada por Stela Graciani, não tiveram dúvidas em identificá-la como uma das precursoras da Pedagogia Social no Brasil. Graciani foi presença obrigatória no CIPS 2006 e sua conferência está integralmente reproduzida no texto ora publicado.

Ainda no rol dos precursores da Pedagogia Social no Brasil, que nos auxiliaram nas primeiras discussões sobre o tema, Antonio Carlos Gomes da Costa é o criador e autor da Pedagogia da Presença. Também se fez presente no CIPS 2006, e sua conferência está integralmente reproduzida neste texto.

Costa é pedagogo, passou pela administração da Febem de Ouro Preto e do Estado de Minas Gerais, foi oficial de projetos do Unicef e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalhou como perito no Comitê dos Direitos da Criança da ONU, em Genebra (Suíça) e participou, no Brasil, do grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Curiosamente, Paulo Freire é uma das referências sempre presentes na Pedagogia Social forjada na Europa e na América Latina, apesar de nunca ter utilizado este termo em seus escritos. Esta obra deixa em aberto a possibilidade de explorar, tanto do ponto de visto dos discursos quanto das práticas, a contribuição do mestre pernambucano à Pedagogia Social, especialmente pela vertente da Educação Popular que ele consagrou.

Hans-Uwe Otto, Bernd Fichtner, Sanna Ryyänen e Jorge Camors são unânimes em reconhecer nos princípios freirianos os fundamentos da Pedagogia Social. Para esta coletânea, selecionamos um dos trabalhos apresentados no CIPS 2006, de autoria de Afonso Celso Scocuglia, que nos ajuda a perceber a dimensão globalizante do pensamento freiriano.

Sueli Caro, atual presidenta da Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES) faz oportuna aproximação entre as práticas de Educação não-formal e a Educação popular, social e comunitária, para concluir que estas são, em verdade, práticas de Pedagogia Social.

Agradecimento especial deve ser feito a Rogério Adolfo de Moura, então doutorando na Feusp e hoje professor da Faculdade de Educação da Unicamp,

que nos proporcionou os primeiros contatos com Hans-Uwe Otto, na Alemanha, com quem firmamos o primeiro acordo de cooperação internacional para desenvolvimento da Pedagogia Social a partir da Faculdade de Educação da USP. O texto que Rogério Moura acrescenta a esta coletânea possui extraordinário valor, por unir em um único artigo a análise da legislação e o desenho da política, dos programas e das ações constituídas para a juventude alemã sob os marcos teóricos e metodológicos da Pedagogia Social.

Com a apresentação desta obra ao público brasileiro, esperamos ter cumprido uma das metas que a Comissão Organizadora do CIPS colocou como desafio para todos os que acreditaram nesta proposta desde sua primeira edição: publicar uma obra de referência para a Pedagogia Social no Brasil. Que esta coletânea inspire a construção de uma proposta pedagógica capaz de lidar com a complexidade dos problemas sociais que ainda hoje nos envergonham como seres humanos, como cidadãos e como educadores, ante a perspectiva de que outra Pedagogia é possível.

A Parte I deste livro faz um resgate histórico no sentido de contextualizar a Pedagogia Social no mundo, especialmente na Alemanha, Itália, Portugal, Finlândia, Espanha, Uruguai e América Latina em geral, e seus antecedentes no Brasil.

A Parte II apresenta textos para reflexão e análise das experiências brasileiras que mais se aproximam do conceito de Pedagogia Social, fazendo também algumas problematizações pertinentes à temática.

A Parte III é dedicada a explicitar as áreas preferenciais para atuação da Pedagogia Social no Brasil.

A Parte IV é dedicada à configuração da Pedagogia Social como área de conhecimento no Brasil, assim como às suas possíveis áreas de formação e linhas de pesquisas.

Na Parte V, incluímos as declarações consensuadas nos congressos mundiais de educadores sociais realizados pela AIEJI, assim como uma espécie de código de ética elaborado pela Associação Portuguesa de Educadores Sociais, complementada com a sugestão de leitura do mesmo documento que orienta a inserção de educadores sociais no território europeu.

***Os organizadores***

São Paulo, novembro de 2008

## A PEDAGOGIA SOCIAL NA ITÁLIA

Geraldo Caliman<sup>13</sup>

Notamos com satisfação a riqueza da ação sociopedagógica vivida no momento atual pelo Brasil. Tal diversidade de metodologias e de projetos ficou patente, por exemplo, por ocasião do *I Encontro Nacional de Educação Social* realizado no Anhembi, São Paulo, em junho de 2001, mas, sobretudo, com a convocação do presente congresso em um ambiente tão significativo como a USP. Tal riqueza emerge com intensidade em todos os recantos do Brasil, mas não pode permanecer para sempre como uma riqueza: ela deve ser estudada, sistematizada e difundida. Ela tem como fio condutor a Pedagogia Social, disciplina de crescente importância em tempos de acirramento das desigualdades sociais em contextos urbanos.

A importância, hoje, da Pedagogia Social, está no fato de que ela se empenha diretamente no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas orientadas ao bem-estar social, à análise e avaliação das situações e condições sociais que condicionam a Educação e a delinear uma diretriz orientadora que torne possível a intervenção em termos formativos no âmbito

---

13. Possui graduação em Pedagogia (1976), graduação em Teologia (1982), mestrado em Pedagogia Social (Università Pontificia Salesiana, 1990) e doutorado em Educação (Università Pontificia Salesiana, 1995), onde atuou como professor por dez anos e como coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Pedagogia Social (1998-2000). Atualmente é Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Brasília.

da diversidade social, do desvio e da marginalidade, e da equidade dos recursos sociais (BECCEGATO, 2001, p. 20).

## **Concepções da Pedagogia Social**

Os precursores da Pedagogia Social têm suas origens na ação caritativa do cristianismo e em pedagogos como Pestalozzi e Froebel, antes ainda que se sistematizasse como disciplina. A ação socioeducativa supera o âmbito das instituições caritativas e passa a se desenvolver dentro das políticas assistenciais e sociais. O termo é de origem alemã e foi utilizado inicialmente por K. F. Magwer em 1844, na *Padagogische Revue*, e mais adiante por A. Diesterweg (1850) e Natorp (1898), que a analisa como disciplina pedagógica. Foram as problemáticas sociais que emergiram da industrialização, a partir da metade do século XIX, especialmente na Alemanha, que motivaram tal sistematização da Pedagogia Social como ciência e como disciplina.

Da literatura podemos individualizar diversos endereços dentro dos quais a Pedagogia Social se desenvolve e articula (AGAZZI, 1965; QUINTANA CABANAS, 1984; FERMOSE, 1994.):

1. Como reflexão da Educação em geral, a Pedagogia Social tem dois objetivos: elaborar o conceito de Educação em chave social e de contribuir para a concordância e integração das finalidades expressas pelas várias instituições sociais. Depois, analisa: a) os fatores sociais da Educação presentes nas instituições que demonstram intencionalidade declaradamente educativa; b) os fatores sociais da Educação presentes nas instituições que, por si só, não têm intencionalidade educativa, mas podem estar carregadas de potencialidade educativa; c) as finalidades educativas nos seus significados e na sua magnitude social.

2. Uma segunda aproximação a entende como doutrina da Educação política e nacionalista do indivíduo: o sujeito da Educação se torna então o Estado, em relação ao qual os fins e objetivos dos indivíduos deveriam se conformar e sintonizar. A Pedagogia Social, assim entendida, torna-se Pedagogia nacionalista, voltada para a formação cívica da juventude. Formação essa que, em geral, é norteada por ideologias políticas que se difundem dentro de regimes políticos preferencialmente totalitários.

3. Como Educação na sociedade, através da sociedade e para a sociedade (P. Natorp). O homem se torna homem somente através da sociedade humana. As instituições sociais podem ser, enquanto construção do homem, oportunidade para o homem, a favor do homem. Cresceu muito nos nossos tempos o compromisso com a formação e a cultura. O empenho se alastra por outros conceitos, como os de comunicação, de intercultura, de participação, de coo-



peração etc. Tal influxo educativo da sociedade ocorre, mais que nas relações individuais (com pais, mestres e grupos de pares), na cultura do grupo social de pertença, do ambiente social, dos meios de comunicação e na Educação informal. Neste sentido, o meio mais válido para a socialização não é uma sociedade indistinta, mas os corpos intermediários, as comunidades ou as instituições que a compõem (por exemplo, a família, a igreja, o sindicato, as comunidades de recuperação). É uma Pedagogia que educa, de preferência dentro de ambientes institucionais educativos, ao senso de pertença, à responsabilidade social, à cidadania, à solidariedade social etc.

4. Como Pedagogia para os casos de necessidade, no sentido seja de ajuda seja de prevenção. A Pedagogia é uma ciência prática. O pedagogo é um homem imerso na realidade social: percebe a realidade com a sensibilidade educativa e, premido por ela, responde às demandas emergentes. São exemplos os educadores São João Bosco, Henrique Pestalozzi, Paulo Freire: homens de convicção. Em outras palavras, é a fase da Pedagogia Social na qual o pedagogo social concorre fortemente pela recuperação da dignidade humana. Essa aproximação acentua a intervenção preventiva e de recuperação nos casos em que vem a faltar uma adequada socialização. Tal intervenção foi inicialmente concebida como Educação da infância e da juventude em situação de desvantagem social, para posteriormente se expandir para a Educação de adultos, da terceira idade, das famílias em situação de risco. Trata-se, particularmente, da Educação não-formal; refere-se no mais das vezes aos serviços sociais e políticas públicas, desde que esses tenham uma função educativa e não somente assistencial.

5. Como ajuda para a vida. Em último estágio, a Pedagogia Social não responde somente a necessidades emergentes, mas as supera. Esta fase responde à necessidade de solidariedade social que já está presente no Estado, mas também na sociedade civil: voluntariado, instituições de acolhida, prevenção, recuperação e reinserção social etc. É a Pedagogia do compromisso. É o momento da responsabilidade social em resposta às necessidades sentidas não somente por parte dos socialmente excluídos, mas também de quem ajuda.

A Pedagogia Social foi por mim definida, no *Dizionario di Scienze dell'Educazione* como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização, e, de modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais.

De fato, ela é compreendida por outros estudiosos também como uma articulação e especialização do discurso pedagógico, como o são também a Pedagogia comparada, a história da Pedagogia, a Pedagogia experimental e especial. (CALIMAN, 1997, pp. 802-803).

A ótica da Pedagogia Social parece mesmo estar concentrada nos processos conexos com a socialização dos indivíduos, com o desenvolvimento da identidade, com a formação da personalidade humana e com os condicionamentos que os diversos contextos impõem à formação de atitudes, valores, crenças etc. Neste sentido, está ligada de modo particular às necessidades humanas de sujeitos sociais contextualizados.

Atualmente, a Pedagogia Social parece orientar-se sempre mais para a realização prática da educabilidade humana voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social.

A Pedagogia Social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não formais, e é organizada fora das normais agências educativas, como a escolar e a familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia. Se diferencia da Educação formal que se desenvolve diretamente na família e na escola, e daquela informal, caracterizada pela falta de intencionalidade educativa e que se desenvolve através da convivência familiar, do grupo de pares e dos meios de comunicação.

### **Formação do educador na área da Pedagogia Social**

Onde deve atuar o profissional da Pedagogia Social? Com qual destinatário? Com quais métodos? Ele seria um educador social, um educador profissional ou mesmo um pedagogo social? Qual é a diferença entre ele e o profissional ligado ao Serviço Social (*social work*)? Essas e outras perguntas mostram a importância da definição quanto à identidade do profissional da Pedagogia Social.

O programa de Pedagogia Social da *Università Pontificia Salesiana di Roma* (UPS) tem como objetivo a formação de *experts*, pesquisadores, docentes e operadores com competência sociopedagógica no setor da Educação, da prevenção e da reEducação de sujeitos em idade evolutiva, com problemas de marginalização, desadaptação social e comportamento desviante (PEDAGOGIA SOCIAL, 2005).

Sua formação se dá dentro de uma Faculdade de Ciências da Educação. Em outros casos, na Itália, tal formação se dá dentro de uma Faculdade de Ciências da Formação.

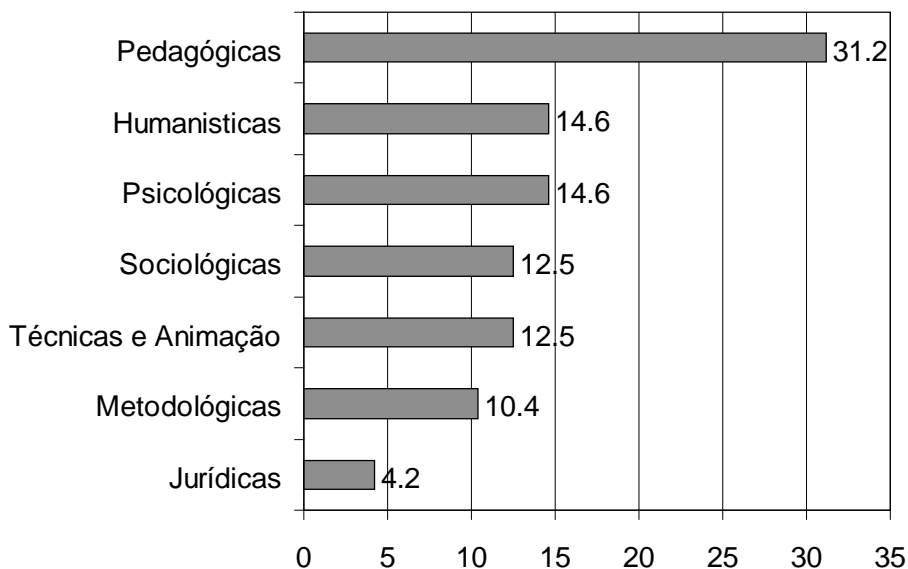
Para formar tais profissionais a Faculdade de Educação da UPS (Itália) distribui assim a sua grade disciplinar: 31,2% de pedagógicas, 14,6% de Psico-

lógicas, 14,6% de Humanísticas, 12,5% são disciplinas sociológicas, 12,5% são técnicas e de animação cultural, 4,2% jurídicas.

A área mais extensa no currículo é a da ciência pedagógica (31,2% do conjunto de disciplinas oferecidas). A Pedagogia Geral e a Pedagogia Social estão na base da formação e são aprofundadas nas dimensões da Pedagogia familiar, Pedagogia especial e Educação de adultos. A formação se complementa também através de seminários e estágios ligados ao tema.

Compõem a grade curricular, dentre disciplinas obrigatórias e optativas: Pedagogia das Relações Humanas, Pedagogia da ReEducação de Menores, Pedagogia Intercultural, Pedagogia da Comunicação Social, Educação e Ciências da Religião, Processos Formativos e Formação de Adultos, Biologia da Educação, História da Educação e da Pedagogia, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e Sistema Preventivo na História.

**Fig. 1 – Curso de Pedagogia Social. Composição curricular segundo área disciplinar por percentual de disciplinas (total 48 disciplinas).**



A segunda área mais extensa (14,6% das disciplinas) está ligada à Psicologia. Além da Psicologia Geral, que fornece a base para a compreensão do dinamismo interno e relacional dos indivíduos, os profissionais da área socioeducativa se dedicam à aprendizagem de setores específicos como a Psicologia

do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia da Comunidade, Psicologia do Trabalho, Psicologia da Religião, Psicologia do Desenvolvimento.

Dividem o segundo lugar com área psicológica, as disciplinas humanísticas (14,6% das disciplinas) que têm seu espaço na formação dos operadores socioeducativos. O trabalho que lhes espera demanda um forte grau de idealismo e, em muitos casos, vem como resposta a uma inspiração existencial e, às vezes, também mística. Basta lembrar aqueles que trabalham com soropositivos nas comunidades de recuperação para toxicodependentes, para meninos de rua e em conflito com a lei. Em muitos casos, essas disciplinas estão ligadas à ética, aos princípios que inspiram a missão das instituições que trabalham na área socioeducativa.

No caso da UPS a missão tem sua inspiração humanística e existencial e, portanto, busca nas disciplinas Filosofia da Educação, Ética Profissional, Teologia da Educação, Educação e Bíblia, Antropologia e Comunicação, Antropologia Cultural as bases para uma formação em sintonia com a missão institucional.

A área sociológica (12,5% da grade curricular) compreende a leitura e interpretação da realidade social, utilizando-se seja de referenciais teóricos mais amplos (Sociologia da Educação) como daqueles mais específicos ligados aos destinatários da ação profissional do educador social: sociologias focalizadas na juventude, na marginalidade e no desvio social, nas toxicodependências, na delinquência juvenil, na família, no tempo livre, nas instituições escolares (Sociologia da Educação, Sociologia da Família, Sociologia do Desvio, Sociologia do Tempo Livre, Sociologia dos Processos Culturais, Sociologia das Organizações).

A Sociologia da Educação, nas suas diversas matizes disciplinares, pretende fazer a ponte entre os fenômenos e os condicionamentos sociais que eles comportam, para iluminar a prática e a metodologia, na construção de soluções segundo a ciência pedagógica. A razão da extensão maior do campo sociológico parece estar no fato de que o profissional da Pedagogia Social deva necessariamente ter uma razoável compreensão das dinâmicas e dos processos que incidem sobre os sujeitos que pertencem ou se relacionam com os grupos sociais e com a sociedade em geral.

De fato, parece ser na interação social onde ocorrem os maiores problemas relacionados à assunção de culturas alternativas e desviantes, o início do processo de rotulação e de estigmatização e a formação de identidades marginalizantes, como também é através da interação social que a Pedagogia colhe os recursos para a recuperação e reinserção social dos indivíduos.

Uma quinta área disciplinar nós a denominamos como *técnica de animação social* (seis disciplinas ou 12,5% do total). Compreende todas aquelas disciplinas que são destinadas ao estudo das técnicas a serem aplicadas na metodologia pedagógica, assim como aplicação dos instrumentos de interação social,

teorias e técnicas de aconselhamento, gestão de recursos humanos, animação sociocultural, teorias e técnicas de orientação educacional, relações humanas e dinâmica de grupo, multimídia e processos formativos.

A Pedagogia Social italiana tem privilegiado de modo particular a animação sociocultural, uma vez que ela pode ser aplicada para a ocupação do tempo livre das populações juvenis de periferia, dando oportunidades para a inclusão cultural e social de sujeitos marginalizados.

O âmbito metodológico tem cinco disciplinas (10,5% do total) dentre as 48 oferecidas. Contemplam a metodologia da pesquisa, do trabalho científico e também do trabalho pedagógico. São elas: Metodologia da Pesquisa Pedagógica, Metodologia Pedagógica Evolutiva, Estatística, Metodologia do Trabalho Científico, Metodologia da Prevenção e ReEducação.

Outras disciplinas (4,2%) estão ligadas a argumentos específicos, tais como Legislação (Legislação do Menor, Direitos Cíveis e Cidadania).

O ensino superior divide-se em três ciclos: o primeiro ciclo dura cerca de três anos e corresponde ao mestrado (bacharelado). O segundo ciclo acrescenta mais dois anos dedicado ao mestrado (lauréa). O terceiro ciclo corresponde ao doutorado (dois a três anos).

Assim, o primeiro ciclo tem por objetivo formar educadores profissionais (*educatori professionali*), algo parecido com a nossa licenciatura no Brasil. Os estudantes se preparam para atuar nas comunidades terapêuticas para toxicodependentes, nas comunidades e abrigo para menores, no atendimento da terceira idade etc. Durante o 2º ciclo os estudantes entram em um percurso formativo teórico projectual que tende a formar, mais que educadores sociais, os *pedagogos sociais*.

Esses profissionais, que são preparados para atuarem na intervenção em instituições sociais, levam mais tempo na formação e fazem um mestrado ou doutorado voltados para a vida acadêmica. O 3º ciclo capacita para as atividades do ensino, da pesquisa e da gestão em maior grau.

## **Identidade da Pedagogia Social**

Naturalmente que a Pedagogia Social se distingue da Pedagogia Escolar por diversas razões. Entre elas, pela evidência dos fatos, ou seja, na medida em que ela tende a suprir os casos em que a Pedagogia Escolar não consegue atender. Mas essa seria uma identidade que partiria de um fato negativo. Na verdade, a Pedagogia Social tem sua identidade ligada – como veremos mais adiante – a objetivos, objetos de pesquisa, finalidades, métodos característicos, não confundíveis com os de outros campos da ciência social e pedagógica. As distinções servem para construir identidades e limites. Uma dessas distinções

está na diferenciação entre a dimensão formal e não-formal de Educação. Outra distinção é aquela entre a Pedagogia Social e Pedagogia Escolar.

Por instituição formal de Educação entendemos aquela que atua tendo como base os currículos oficiais que respondem às exigências de um percurso formativo normal e cujos títulos são reconhecidos pelo governo. Pertencem a esta categoria, por exemplo, os colégios e os centros de formação profissional.

Por instituição não-formal de Educação podemos entender aquela que se desenvolve para responder às exigências e necessidades das categorias em desvantagem social, de modo particular dos jovens pobres e abandonados. A tais instituições não são exigidas formalidades curriculares como acontece com as escolas; e, muitas vezes, não oferecem títulos reconhecidos oficialmente pelo Estado. Exemplos dessas instituições são os centros juvenis e as cooperativas para a formação de adolescentes no e para o trabalho, os projetos socioeducativos mais variados localizados nas comunidades e bairros.

Essas instituições e programas se exprimem de várias formas e têm bastante flexibilidade para responderem de maneira mais adequada às necessidades dos destinatários, às limitações e exigências específicas das comunidades e dos bairros e apontam para uma população infanto-juvenil em situação de risco.

A Educação informal, por sua vez, entra no âmbito da socialização primária e secundária, entendida como Educação não intencional, exercida dentro da sociedade e de certos grupos, como a família, os meios de comunicação social etc. Não parece existir um limite estanque entre a informalidade e a não-formalidade da Educação. Muitas vezes certas intervenções dos meios de comunicação e da família podem ter caráter educativo intencional e, portanto, se situariam teoricamente dentro do âmbito da Educação não-formal. (SOUZA CAMPOS, 1985).

Uma segunda distinção é derivada da anterior e diz respeito à diferença entre Pedagogia Escolar e Pedagogia Social. A primeira tem toda uma história e é amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A segunda, a Pedagogia Social, se desenvolve dentro de instituições não-formais de Educação. É uma área mais recente que a anterior, que nasce e se desenvolve de modo particular no século XIX, como resposta às exigências da Educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social.

Em geral, essas pessoas não frequentam ou não puderam frequentar as instituições formais de Educação. Mas não só: o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e, de modo especial, nos locais onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. (CALIMAN, 1997, p. 460).

Podemos reafirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica

mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em outras palavras, mais que pedagogos, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos.

Ao mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor, interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas.

Uma dimensão privilegiada da Pedagogia Social é aquela dos espaços de transformação da Educação não intencional, ou não declaradamente intencional, em Educação intencional; de espaços deseducativos ou potencialmente educativos em espaços declaradamente educativos, através de intervenções direta no ambiente. Exemplo disso é a abertura das escolas como espaços de cultura, Educação e tempo livre nos fins de semana.

Acredito que não possamos listar de uma vez por todas os espaços de pesquisa e de intervenção da Pedagogia Social. O que parece permanente são os critérios com os quais reconhecemos esses diversos âmbitos de atuação: *a Educação em função social com pesquisa e intervenções orientadas a esse fim*. (IZZO, 1997, p. 24).

Podemos, no entanto, dizer que existem alguns âmbitos de atuação que atualmente correspondem a tais critérios: a Educação de adultos, a Educação de adolescentes em situação de risco, a recuperação e reinserção social de sujeitos toxicodependentes, a orientação escolar de alunos atingidos por fortes condicionamentos sociais (pobreza, exclusão social, desagregação familiar), a ação educativa dentro dos ambientes familiares, a influência dos meios de comunicação social e das associações e grupos juvenis (grupo de pares, gangues etc.).

Podemos identificar, de uma maneira bastante ampla, como finalidade educativa da Pedagogia Social, a elucidação de significados próprios que caracterizam a dimensão social, o estudo do conformismo (consensos) e do inconformismo (dissensos) e os condicionamentos provenientes de tais contextos, com o objetivo de identificar modalidades de intervenção e metodologias que ajudem a recuperar qualidade de vida para os indivíduos e condições de desenvolvimento para as comunidades.

Neste sentido, a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade. Tem a ver com a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação.

## REFERÊNCIAS

AGAZZI, Aldo (Org.). *Educazione e società nel mondo contemporaneo*. Brescia: La Scuola, 1965.

BECCEGATO, L. Santelli. *Pedagogia Sociale: riferimenti di base*. Brescia: La Scuola, 2001.

CALIMAN, Geraldo *Pedagogia Sociale*. In: PRELLEZO, José Maria; NANNI, Carlo; MALIZIA, Guglielmo. *Dizionario di Scienze dell'Educazione*. Roma: Elle Di Ci LAS, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia Sociale*. 1997.

\_\_\_\_\_. *Normalità devianza lavoro*. Roma: LAS, 1997, pp. 460.

FERMOSO, Paciano *Pedagogia Social: fundamentación científica*. Barcelona: Herder, 1994.

IZZO, Domenico. *Manuale di Pedagogia Sociale*. Bologna: CLEUB, 1997, p. 24.

QUINTANA CABANAS, José M. *Pedagogia Social*. Madrid: Dykinson, 1984.

SOUZA CAMPOS, Maria C. S. *Educação: agentes formais e informais*. São Paulo: EPU, 1985.